

**ESTRATÉGIAS DE VISIBILIZAÇÃO DO MST: EDUCAÇÃO E IDENTIDADE COLETIVA**

***ESTRATEGIAS DE VISIBILIZACIÓN DEL MST: EDUCACIÓN E IDENTIDAD COLECTIVA***

***MST VISIBILIZATION STRATEGIES: EDUCATION AND COLLECTIVE IDENTITY***



Viviane Merlim MORAES<sup>1</sup>  
e-mail: vivianemerlim@id.uff.br

**Como referenciar este artigo:**

MORAES, V. M. Estratégias de visibilização do MST: Educação e identidade coletiva. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, n. 00, e023003. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.15420>



| Submetido em: 22/10/2022  
| Revisões requeridas em: 31/07/2023  
| Aprovado em: 02/09/2023  
| Publicado em: 10/10/2023

---

**Editoras:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado  
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales  
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense; Professora Adjunta da área de Organização do Trabalho na Escola, do Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento e pesquisadora do GRUPPE - Grupo de Políticas Públicas de Educação e do NEED – Núcleo de Estudos em Educação Democrática.

---

**RESUMO:** O artigo discute a organização, a concepção de educação, os princípios pedagógicos e filosóficos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além disso, dialoga com as estratégias do movimento social para divulgar o trabalho de escolas em assentamentos e acampamentos na formação de identidades coletivas. Além da pesquisa bibliográfica com fontes primárias e secundárias, foi realizada análise do material publicado no *site* (MST, 2022; 2022a; 2022b; 2022c) e redes sociais do Movimento (MST, 2022d), bem como entrevistas. As considerações finais indicam rever o alcance da divulgação para favorecer a ampliação do entendimento da população, para além do que noticia a mídia tradicional sobre os objetivos educacionais e formação dos Sem Terra. A ampliação do escopo das publicações do MST, pode contribuir para visibilizar a pedagogia do Movimento, além de favorecer a reelaboração das representações sociais do Movimento diante da sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação. Identidade coletiva. Movimentos Sociais. MST.

**RESUMEN:** *Este artículo analiza la organización, concepción de la educación, principios pedagógicos y filosóficos del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Dialoga con estrategias de movimientos sociales para dar a conocer el trabajo de las escuelas en asentamientos y campamentos en la formación de identidades colectivas. Además de la investigación bibliográfica con fuentes primarias y secundarias, se realizó un análisis del material publicado en el sitio web (MST, 2022; 2022a; 2022b; 2022c) y redes sociales del Movimiento (MST, 2022d), así como entrevistas. Las consideraciones finales indican revisar el alcance de la divulgación para favorecer la ampliación del conocimiento de la población, más allá de lo que se informa en los medios tradicionales sobre los objetivos educativos y de formación de Sem Terra. Ampliar el alcance de las publicaciones del MST puede contribuir a visibilizar la pedagogía del Movimiento, además de favorecer la reelaboración de las representaciones sociales del Movimiento en la sociedad brasileña.*

**PALABRAS CLAVE:** *Formación. Identidad colectiva. Movimientos Sociales. MST.*

**ABSTRACT:** *This article discusses the organization, conception of education, and pedagogical and philosophical principles of the Landless Rural Workers Movement (MST). Moreover, it engages with social movement strategies to publicize the work of schools in settlements and camps in the formation of collective identities. In addition to the bibliographical research with primary and secondary sources, an analysis was conducted on the material published on the website (MST, 2022; 2022a; 2022b; 2022c) and social media of the Movement (MST, 2022d), as well as interviews. The final considerations indicate reviewing the scope of disclosure to favor the expansion of the population's understanding beyond what is reported in the traditional media about the educational objectives and training of the Sem Terra. Expanding the scope of MST publications can make the Movement's pedagogy more visible and help to re-elaborate the Movement's social representations in Brazilian society.*

**KEYWORDS:** *Formation. Collective identity. Social movements. MST.*

## Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla realizada para o Instituto Lula no ano de 2022, intitulada “A importância da formação de identidades coletivas nas escolas de Ensino Médio do MST como enfrentamento às desigualdades sociais”. Ao explicitar a organização pedagógica de um *movimento social*, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para além da concepção de educação, princípios pedagógicos e filosóficos (Moraes, 2022), objetiva inventariar as estratégias por ele utilizadas para divulgar o trabalho educativo realizado em escolas de assentamentos e acampamentos, com vistas à formação de identidades coletivas e o diálogo com a sociedade.

Entende-se como movimentos sociais conflitos resultantes da ação de agentes das classes sociais que percebem a luta como forma de controle do sistema e, por conseguinte, da história (Touraine, 1973). Pautam-se em três princípios: identidade, oposição e totalidade. Neste sentido, o MST investe na formação da identidade dos seus sujeitos na luta contra o latifúndio e o agronegócio, com vistas a consecução da reforma agrária, a produção de alimentos agroecológicos e a melhoria nas condições de vida no campo.

Baseada em pesquisa bibliográfica, a realização do estudo foi feita a partir de fontes primárias – documentos produzidos pelos setores do MST – e em fontes secundárias – pesquisas sobre a importância das escolas na história do MST. Além disso, foi realizada a análise do material publicado na página eletrônica do Movimento e suas principais redes sociais. Foram escolhidos o *Facebook* e o *WhatsApp*, por serem redes mais populares e acessadas pelo público. A realização de entrevistas com dois membros do setor de educação também foi um recurso importante para que informações mais detalhadas pudessem ser obtidas a respeito da estrutura organizativa e dinâmica interna do MST.

Desta forma, após a revisão bibliográfica, muitos elementos foram clarificados, a respeito da articulação do objetivo central do Movimento – a luta pela terra – com a centralidade que a escola e a tarefa educativa recebem neste processo, como responsáveis pela formação das *identidades coletivas*. Entende-se que o MST investe na produção de lideranças intelectuais, posto que têm suas principais dimensões educativas ancoradas no resgate da dignidade das famílias que dele fazem parte, bem como na construção de uma identidade, que vai além do indivíduo e de sua família, transformando-o em um sujeito coletivo, o Sem Terra, que vê a escolarização combinada a um projeto mais amplo, que envolve a *formação* como forma de viabilizar a emancipação humana (Caldart, 2000; Rosseto, 2021).

Observou-se que o MST divulga ações de suas escolas, com ênfase nas iniciativas de cada estado e município, bem como enfatiza alguns de seus princípios nas publicações feitas em sua página eletrônica e redes sociais. As considerações finais apontam a necessidade de rever o formato e o alcance de tal divulgação para a ampliação do entendimento da população em geral em relação aos objetivos educacionais e à formação dos indivíduos que se identificam como Sem Terra. Entende-se que a ampliação do escopo das publicações do MST, por meio de campanhas publicitárias, pode contribuir para visibilizar a pedagogia do Movimento, o trabalho educacional realizado em suas 2000 escolas, da Educação Infantil até o Ensino Médio, além de favorecer a reelaboração das representações sociais do Movimento diante da sociedade brasileira, profundamente marcadas pelo discurso das mídias tradicionais em seus canais hegemônicos, que exerce força na construção de imagens negativas do Movimento e de seus sujeitos.

Diante do exposto, o texto se subdivide em três partes, a saber: a primeira parte apresenta os principais elementos da educação e da pedagogia do Movimento. A segunda, traz algumas análises a partir do trabalho de divulgação do MST nas mídias sociais supracitadas. Por fim, nas considerações finais, algumas reflexões foram articuladas, com a finalidade de ampliar o debate sobre o tema em questão.

## **O MST e a pedagogia do Movimento**

Desde que os primeiros barracos com lonas pretas foram erguidos nas áreas ocupadas por um grupo de trabalhadores rurais que reivindicavam acesso à terra, ainda na década de 1980<sup>2</sup>, a formação dos sujeitos via escolarização já aparecia como aspecto fundamental para organizar a luta pela reforma agrária junto com a garantia do direito à educação. Concorde-se com Ravenna (2020, p. 128), quando explicita que o MST construiu, assim, um projeto próprio de educação:

Quando dizemos projeto de educação do MST, estamos nos referindo à combinação entre a luta pelo acesso à escolarização e ao processo de construção de uma pedagogia consoante aos desafios da realidade específica do campo. Tal projeto busca refletir sobre uma escola pública como são todas as escolas que existem nos assentamentos e acampamentos, que assume o vínculo com a luta, a organização e a pedagogia do Movimento (Ravenna, 2020, p. 128).

---

<sup>2</sup> Para ter acesso a história completa do MST, sugerimos acessar a página eletrônica do Movimento. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>

Todavia, tal projeto não foi construído a partir de uma ambição preliminar, mas de uma necessidade objetiva que se desenhou a partir da luta cotidiana. Desta forma, a preocupação inicial era com o que fazer com as crianças que estavam no acampamento, lá no início da história do Movimento, na Encruzilhada Natalino, em 1982. Quando as 165 famílias que ali estavam foram para o acampamento “Nova Ronda Alta Rumo à Terra Prometida”, com suas 180 crianças, teve início a mobilização pela criação de uma escola, autorizada ainda naquele ano, mas completamente legalizada somente em 1984 (MST, 2022a). Propunha-se uma escola diferente, que considerasse a “[...] história de luta dessas famílias, ensinando a ler e a escrever através de experiências que também desenvolveram o amor à terra e ao trabalho” (MST, 2005, p. 13). Paulo Freire, com a perspectiva de valorização da leitura do mundo antes da leitura da palavra, era referência e inspiração para esse projeto de educação popular em elaboração.

De acordo com a página eletrônica do MST (MST, 2022a), as cinco regiões brasileiras e 24 dos 26 estados da federação possuem escolas em seus acampamentos e assentamentos, contemplando aproximadamente 450 mil famílias. As famílias acampadas e assentadas têm processos auto organizativos, nos quais todas as decisões tomadas são amplamente debatidas e decididas coletivamente, a saber:

[...] as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma, isso acontece nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são organizados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado (MST, 2022a).

No âmbito nacional, o MST se organiza em setores – frente de massas, formação, educação, produção, comunicação, projetos, gênero, saúde, finanças, relações internacionais, cultura, juventude e LGBT Sem Terra – e apresenta como principais bandeiras a reforma agrária popular, o combate à violência sexista, a democratização da comunicação, a promoção da saúde pública, o desenvolvimento, a diversidade étnica, o sistema político e a soberania nacional e popular. Seus principais instrumentos de luta são a ocupação de terras, os acampamentos, as

marchas, os jejuns e greves de fome, as ocupações de prédios públicos, os acampamentos e as manifestações nas cidades, os acampamentos diante de bancos, as vigílias, a luta pela reforma agrária popular e a transformação social (MST, 2022a).

Não é possível compreender as motivações dos Sem Terra nos marcos dos ideais liberais burgueses. A própria razão da expressão Sem Terra ser grafada como substantivo próprio rompe com a perspectiva individualista da sociedade capitalista. Entendida como identidade coletiva, como tentativa de formação das subjetividades, e não mais como uma designação social de pessoas a quem falta algo, no caso, a terra: “Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo” (MST, 2005, p. 200).

Logo, estudar um movimento social como o MST e entender o porquê e pelo que este coletivo luta exige a reflexão de que uma outra forma de organizar o mundo é possível, baseado em uma estrutura solidária, a qual busca romper com a lógica da propriedade privada, que não acredita que muitos precisam ter pouco para que poucos tenham muito, com vistas a uma sociedade socialista, na qual todos tenham terra, comida, casa, educação, saúde e vida digna.

Ao compreender a educação como uma forma de luta pela terra, o MST não pensa a escola *para* o povo Sem Terra, mas faz a escola *com* eles. Mais uma vez, percebe-se a vinculação com o pensamento de Paulo Freire (1996, p. 68), por conceber que “[...] ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Desta forma, os principais objetivos das escolas dos assentamentos e acampamentos orbitam em torno da formação de militantes e lideranças do Movimento, mostrando a realidade do povo trabalhador e a possibilidade de construção de uma nova realidade. Neste sentido, ensinar a ler, escrever e calcular a realidade; ensinar fazendo, pela prática; construir o novo; preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual; ensinar a realidade local e geral; gerar sujeitos da história; e preocupar-se com a pessoa integral, seriam tarefas da escola (MST, 2005).

Na mesma perspectiva são pensados os princípios pedagógicos do Movimento, no qual se entende que todos devem trabalhar, organizar e participar das diferentes instâncias para tomada de decisões. Portanto, é fundamental a premissa que todo o assentamento deve se preocupar e ocupar a escola, assim como toda a escola deve estar no assentamento, corroborando a perspectiva da práxis, em que todo ensino parte da prática e a ela retorna. Diante de tais prerrogativas, professores e estudantes seriam também militantes, e todos devem se educar para o novo (MST, 2005).

Em outro documento constante no Dossiê do MST, apresentou-se a escola que se pretendia construir, a partir da discussão de um currículo diferenciado, que contemplasse a realidade dos Sem Terra e da organização vivida cotidianamente pelos trabalhadores. Neste sentido, enfatizou-se a perspectiva de “[...] RESISTIR e PRODUZIR na terra, que duramente conquistamos. Precisamos construir uma VIDA NOVA. E a escola deve ajudar neste processo” (MST, 2005, p. 51). Esse currículo “novo”, portanto, só seria viável a partir de um diálogo permanente com a realidade, com a dimensão da prática, sob um viés praxiológico.

Ainda com base na análise dos documentos supracitados, que registram as ideias fundamentais do Movimento, sugeria-se tirar o foco de listagens de conteúdos – estabelecidas comumente em planos de curso previamente pensados – para avançar no caminho de uma divisão mais orgânica do conhecimento humano. Os temas geradores, que partem dos problemas cotidianos vivenciados nos próprios assentamentos e acampamentos, constituíam-se em estratégias metodológicas mais interessantes para alcançar a formação pretendida.

Assim sendo, alguns temas foram sugeridos para iniciar os debates nas escolas, sempre partindo das relações mais próximas às mais complexas, a saber: nosso assentamento; nossa luta pela terra; nossa cultura e nossa história de luta; nosso trabalho no assentamento; nós, nosso trabalho e a natureza; nossa saúde; e nós e a política. Para a sugestão dos temas acima transcritos, alguns princípios basilares do Movimento foram revisitados e contemplados, como formação da identidade, resgate da memória, importância da cultura popular, centralidade da formação militante e da relação respeitosa entre o ser humano e a natureza.

Baseados principalmente em Pistrak (2013; 2018), bem como em alguns princípios da pedagogia soviética, ao pensar a escola, o trabalho e a cooperação, o MST apresentou a relação entre educação e a dimensão educativa do trabalho, mediatizada pela cooperação, pensada a partir da classe trabalhadora (MST, 2005). Na mesma linha, percebe o trabalho em seu sentido mais amplo, como fundamento para a vida social. Tal concepção resgata o conceito do trabalho como princípio educativo, cabendo à escola proporcionar experiências reais de trabalho produtivo socialmente dividido (MST, 2005). Para desenvolvê-lo é necessário dialogar com diferentes espaços: a área da escola; as unidades de produção – jardim, horta, viveiro, horto medicinal, criação de pequenos animais, lavoura, área demonstrativa, marcenaria, serralheria ou ferraria, gráfica, artesanato; a família; o trabalho voluntário; e a administração da escola.

A partir da experiência resgatada por Pistrak (2018) em *Fundamentos da escola do trabalho*, o MST (2005) especifica quais tipos de trabalho deveriam ser realizados pelos alunos na escola, a saber: trabalhos domésticos, inspirados na perspectiva de autosserviço daquele

autor (Pistrak, 2018) e que se referem aos fazeres com a reprodução da vida; trabalhos ligados à administração da escola, que se ligam à percepção da escola como um centro cultural (Pistrak, 2018); trabalhos ligados à produção agropecuária, “[...] como uma horta, uma lavoura ou uma criação de animais” (MST, 2005, p. 96), ou, como destacou Pistrak (2018, p. 98):

Na Escola da Juventude Camponesa, o trabalho agrícola tem um lugar central; nele constrói-se, de forma singular, toda a organização escolar; ao redor dele concentra-se todo o conteúdo do trabalho escolar. A Escola da Juventude Camponesa é inconcebível sem o trabalho agrícola e fora dele (Pistrak, 2018, p. 98).

Ao demandar por uma escola do trabalho, o Movimento faz questão de demarcar o sentido social da escola num acampamento ou assentamento; de educar para a cooperação agrícola; de preparar para o trabalho, em seus mais diversos tipos, tanto manuais quanto intelectuais; de desenvolver o amor pelo trabalho e pelo trabalho no meio rural; de provocar a necessidade de aprender e de criar; e, por fim, de preparar as novas gerações para as mudanças sociais (MST, 2005). O documento estudado trouxe ainda mais dois tipos de trabalhos a serem realizados: aqueles ligados a outras áreas de produção e os ligados à cultura e à arte, chamados na pedagogia soviética de *oficinas* (MST, 2005).

Cabe ressaltar que toda organização do trabalho produtivo foi pensada sem minimizar o tempo destinado aos estudos sistematizados pelos estudantes. Por este motivo, houve a necessidade de se pensar também o aumento do tempo de permanência destes na escola ou a possibilidade de acompanhamento de parte dos tempos pela comunidade na qual o estudante se encontra inserido, bem como questões pertinentes ao que é adequado a cada faixa etária, o trabalho docente e o lazer. Todos estes aspectos deveriam convergir para “[...] socializar conhecimentos em geral e ampliar a visão de mundo de cada aluno e do conjunto da comunidade. Questões ligadas a política, cultura, arte, história, ao mundo em geral, também devem integrar nossos programas de ensino” (MST, 2005, p. 97).

Pensar na escola do trabalho envolve não negligenciar a cooperação e a democracia como temas e práticas basilares das relações neste espaço, uma vez que o coletivo, a participação, a gestão democrática e auto-organização dos professores e estudantes são vistos como instrumentos de reorganização da tradicional hierarquia, estruturada em relações verticalizadas nesta instituição, em disposições mais horizontalizadas de vivência escolar.

Cinco princípios filosóficos foram elencados no documento analisado, envolvendo a formação/educação para a transformação social – explicada como uma educação de classe, massiva, organicamente vinculada ao movimento social, aberta para o mundo, à ação e ao novo;



a educação para o trabalho e a cooperação; a educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana – ou em uma perspectiva omnilateral, em uma perspectiva marxista; a educação para/com os valores humanistas e socialistas; e a educação como um processo permanente de formação humana (MST, 2005).

Em coerência com os princípios filosóficos, estão dispostos os princípios pedagógicos, que reafirmam a relação entre prática e teoria, em uma perspectiva marxista de práxis; a combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação – em que resultam tanto saberes teóricos quanto práticos, muito além do que trazem a perspectiva atual de competências e habilidades; a realidade como base da produção do conhecimento; os conteúdos formativos socialmente úteis – que rompem com a lógica de escolha neutra do currículo; a educação para o trabalho e pelo trabalho – educação ligada ao mundo do trabalho e o trabalho como método pedagógico; o vínculo orgânico entre processos educativos e políticos, entre processos educativos e econômicos e entre educação e cultura; a gestão democrática; a auto-organização dos estudantes; a criação de coletivos pedagógicos; a formação permanente dos educadores e das educadoras; atitude e habilidades de pesquisa; e a combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

O documento que registra o 15º aniversário do MST, definiu pedagogia como “[...] jeito de conduzir a formação de um ser humano” (MST, 2005, p. 201). Neste sentido, (re)definiu também sua própria pedagogia, resgatando a centralidade da formação das subjetividades neste processo, tal como apresentado no início deste estudo: “A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o principal princípio educativo desta pedagogia é o próprio *movimento*” (MST, 2005, p. 200). Assim, toda vez que se afirma que sua *Pedagogia* é a do *Movimento*, traz-se a perspectiva de que cabe à realidade, seu processo dialógico e dialético, valer-se em maior ou em menor grau de cada uma das formas de condução da formação dos Sem Terra, que envolve por sua vez, diversas pedagogias: da luta social, da organização coletiva, da terra, do trabalho e da produção, da cultura, da escolha, da história e da alternância (tempo escola e tempo comunidade).

Ao destacar a estrutura orgânica, ou a organicidade do Movimento, referiu-se aos modos de organização e de relações estabelecidas entre as diferentes instâncias do MST e do planejamento pedagógico, pautadas na direção coletiva e na divisão de tarefas e funções, tanto entre os educandos, seja em grupos de atividade, salas de aula ou brigadas/núcleos de trabalho; entre educadores e educadoras, por meio de coletivos pedagógicos; quanto entre a própria

comunidade, composta pelos assentados ou acampados, pelos voluntários e pela equipe de educação. A própria escola conta também com diferentes instâncias de participação, a saber: assembleia, conselho escolar, plenárias, e coordenação ou direção (MST, 2005).

Outros aspectos caros às escolas do Movimento são: o ambiente educador – a mística e os valores, que dizem respeito à formação do convívio social, da “alma do sujeito coletivo” socialista, que se distancia dos valores capitalistas, sobretudo do neoliberalismo (MST, 2005); os tempos educativos: aula, trabalho, oficina, esporte/lazer, estudo, mutirão e coletivo pedagógico; o espaço físico; as relações que envolvem a comunidade: cultura, comunicação, ecologia, Educação de Jovens e Adultos e escolarização, luta, trabalho, capacitação, serviços internos e externos; os educandos com tarefas especiais e a avaliação.

Por fim, destaca-se deste documento a parte destinada ao estudo, descrito como forma de compreensão mais ampla da realidade, que, como afirmado anteriormente, não pode ter seu tempo minimizado em razão das demais demandas dos acampamentos e assentamentos (MST, 2005). Ele foi apresentado em seu sentido social, a ser desenvolvido por meio de aulas, em salas organizadas com base em divisões que podem se dar de diferentes formas: em ciclos de formação, etapas ou em séries, a serem operacionalizadas por disciplinas agrupadas em uma parte comum do currículo, no qual não se pode prescindir das ciências humanas, e de uma parte diversificada, no qual constaria, por exemplo, agricultura, gestão rural, bem-estar e memória popular (MST, 2005).

Como já mencionamos anteriormente, o uso de temas geradores e a diversificação dos espaços-tempos destinados às aulas (mística, notícia, memória, pesquisa, leitura, turma, cultura), dão um tom de proximidade com a realidade do MST. Para além das aulas, as oficinas se apresentam como espaços educativos, que podem acontecer na escola ou em espaços comunitários, favorecendo o desenvolvimento das áreas de expressões culturais, produção e administração. Outras possibilidades de atividades pedagógicas a serem realizadas também foram apresentadas, como seminários, visitas educativas, jornadas pedagógicas, atividades do MST, comemorações, estágios de vivências e agenda escolar.

Ainda no conjunto de textos analisados, há um publicado em julho de 2001, com uma proposta de acompanhamento às escolas do Movimento. Nele se resgata as principais ideias e desafios para o trabalho de formação das identidades coletivas no MST, com base em nove itens:

1. Os sem-terra em luta construíram o MST. O MST, como coletividade de luta em movimento produziu o nome próprio e a identidade Sem Terra [...]
- 2.

O MST é o grande educador dos Sem Terra. E o MST educa os Sem Terra inserindo-os no movimento da história. É este movimento que vem fazendo do trabalhador sem (a) terra um lutador do povo [...] 3. A relação do MST com a educação é, pois, uma relação de origem: a história do MST é a história de uma grande obra educativa [...]

4. Na tarefa educativa do MST há pelo menos três grandes desafios que podemos enxergar, com os olhos de hoje: \*Ajudar as famílias sem-terra a romper com o processo de desumanização ou de degradação humana a que foram submetidos em sua história de vida [...] \*Garantir que estas famílias 'façam a volta' assumindo a identidade Sem Terra, e não a identidade de seu antigo opressor [...] \*Trabalhar para que outras categorias sociais assumam os valores e o jeito de ser dos lutadores do povo [...] 5. Olhar-se como sujeito educativo e compreender mais profundamente a pedagogia que vem produzindo em sua história é uma das condições para o MST dar conta destes desafios [...] 6. Alguns processos educativos básicos que formam os sem-terra do MST nos trazem lições pedagógicas importantes nesta perspectiva [...] 7. A Pedagogia do Movimento não cabe na escola, mas a escola cabe na Pedagogia do Movimento. E cabe ainda mais quando se deixa ocupar por ela [...] 8. A escola que cabe na pedagogia do MST é aquela que não cabe nela mesma, exatamente porque assume o vínculo com o movimento educativo da vida, em movimento [...] 9. O esforço de compreender e implementar a pedagogia do MST nos remete às questões de origem da própria reflexão pedagógica: como se forma um ser humano? Que estratégias pedagógicas ajudam a educar as pessoas para que cresçam em sua humanidade? E que valores sustentam nossa prática e nos movem como educadores? (MST, 2005, p. 235-240).

Por último, destacam-se cinco lições da pedagogia, que sintetizam como esta coletividade pensa a educação em seu movimento de (re)elaborar-se: as pessoas se educam aprendendo a ser, produzindo e reproduzindo cultura, conhecendo para resolver, em coletividades e por meio da concepção da escola como uma oficina de formação humana (MST, 2005). Ao propor o acompanhamento das escolas do MST, o coletivo nos convida a caminhar junto com o movimento que as constitui, abandonando a perspectiva da supervisão burocrática ou da fiscalização comum à ação estatal. A observação dos elementos da mística, da memória da comunidade, dos jardins, hortas, das crianças e jovens Sem Terrinhas que pensam e falam, com direito a vez e voz, assim como seus professores, que tem tempo para o diálogo e planejamento de suas ações educativas, integrados à comunidade; a presença de livros, de diálogo, de respeito às diferenças; e, principalmente, a percepção que se está em uma escola em movimento constante, é fundamental. Tudo isso não só escrito no projeto político-pedagógico, mas vivido, experimentado no cotidiano.

## **O trabalho de comunicação do Movimento: divulgação das ações do MST**

A primeira fonte acessada foi a página eletrônica<sup>3</sup> do MST (2022a), por meio desta, foi observado diversas reportagens e vídeos. Dentre os materiais analisados, buscaram alguns mais recentes – a partir de março de 2022 – em que houvesse algum relato, atividade ou outra temática que se aproximasse da educação em geral ou de alguma ação específica realizada pela juventude do Movimento.

Desde reportagens que abordavam várias iniciativas no campo da cultura, outras que narravam a dificuldade dos estudantes do campo em retornarem às aulas pela ausência do transporte escolar, passando por artigo que abordou os 24 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ações culturais nos assentamentos, até chegar a uma carta elaborada pela juventude reunida no “1º Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra em Roraima” – que reivindicava várias pautas para as juventudes da região, dentre elas, a educacional, como pode-se observar no trecho seguinte:

### **EDUCAÇÃO:**

- O reconhecimento do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima e a efetivação da Educação do Campo nas escolas do estado;
- O não fechamento das escolas do campo;
- O investimento em transporte escolar e a estruturação das escolas do campo para possibilitar retorno das aulas presenciais para os filhas e filhas dos agricultores familiares de Roraima;
- Interiorização das Universidades públicas para atender as necessidades dos jovens camponeses e indígenas permitindo que a juventude tenha acesso a educação de qualidade sem precisar sair dos seus territórios [...] (MST, 2022b).

Outra reportagem que se aproximou do filtro estabelecido, fez referência ao encontro da coordenação político pedagógica ampliada do “Projeto Educação e Agroecologia nas escolas do campo de territórios de Reforma Agrária”, realizado no Ceará, na primeira quinzena do mês de abril, que contou com educadores de todo o Brasil. Destaca-se o trecho da seguinte reportagem, por ele trazer algumas questões que apresentamos anteriormente, como linhas de ação que deveriam ser debatidas pelo MST:

A implementação da Agroecologia nas escolas de educação básica possui uma importância fundamental na formação dos estudantes, pois tem a perspectiva de contribuir na construção de novas relações sócio ecológicas que estão pautadas no projeto de Reforma Agrária popular, nesse sentido traz presente

<sup>3</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: abr.2022.

a necessidade do vínculo orgânico entre as práticas pedagógicas que as escolas desenvolvem com as práticas sociais desenvolvidas pelas comunidades camponesas” destaca Dionara Soares, da Escola Popular de Agroecologia Egídio Brunetto (BA) e coordenadora do projeto (MST, 2022c).

Seguindo para a seção da página eletrônica, destinada ao armazenamento de vídeos, foi encontrado logo como primeiro item da lista um vídeo intitulado “Tire o título e tire Bolsonaro”, provocando os jovens de 16 anos a usufruírem do direito de votar. Além deste estímulo ao voto, a juventude também era provocada a se organizar junto à militância no vídeo “O que são os Comitês Populares?”. No que se refere ao debate educacional, encontraram apenas um material denunciando a destruição da Escola Eduardo Galeano, em Minas Gerais, pelo governo estadual, no movimento de reintegração de posse do Acampamento Quilombo Campo Grande.

Por não conseguirem dados mais atuais sobre o número de escolas, os níveis e modalidades de ensino contemplados nos diferentes estados e municípios, bem como publicações mais direcionadas à pedagogia do Movimento, mostrou-se necessário esclarecer mais pontos, e isso só foi possível a partir do contato direto com sujeitos pertencentes e conhecedores da dinâmica por dentro do MST. Mesmo a busca por contatos de membros a quem pudessem fazer perguntas era difícil, pois as páginas não dispõem de endereços de correio eletrônico ou telefones.

Diante do exposto, tiveram acesso ao contato da primeira entrevistada por intermédio da Comissão de Educação da ALERJ<sup>4</sup>. Ela compunha, à época da entrevista, a direção nacional do MST, mas também já havia sido membro do setor de educação do MST, no Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Em conversa, afirmou, assim como consta na página eletrônica, que o MST conta com, aproximadamente, 2.000 escolas distribuídas em todo território nacional, mas não soube precisar ao certo o número e as etapas que atendem, nem onde poderíamos encontrar dados mais detalhados.

Sobre os aspectos gerais do MST, informou que os camponeses contam, em média, com 4 ou 5 anos de escolarização formal, devido às dificuldades de acesso às escolas com oferta de Educação Infantil, com todo o Ensino Fundamental e Ensino Médio no campo. No que é pertinente à formação dos professores, relatou os esforços para resolver a questão dos educadores sem formação para as áreas de reforma agrária, bem como a importância das parcerias com o INCRA<sup>6</sup>, por meio do PRONERA, e com diferentes Universidades, na

<sup>4</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Conseguimos realizar uma entrevista semiestruturada via *Google Meet* no dia 15 de março de 2022, em que pudemos esclarecer algumas dúvidas.

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

realização de cursos de educação/pedagogia do campo.

A segunda entrevista ocorreu no dia 25 de abril de 2022, via *Google Meet*, com o militante do Setor de Educação do Paraná e do Coletivo Nacional de Educação do MST, indicado pela primeira entrevistada. A conversa começou a partir do relato do entrevistado, que apontou os grandes desafios do Movimento no que se refere à discussão com a sociedade em geral, e, mais especificamente, em relação à educação. Desta forma, afirmou que, além da necessidade de construir alternativas educacionais coletivas ao momento histórico vivido, acredita que é imprescindível manter a unidade do ponto de vista dos fundamentos, objetivos e princípios já definidos na história do MST. Porém, ressaltou que isso pode se materializar de diferentes formas, em um ambiente de troca de experiências e proposições em que se busque a unidade de análise a partir de diferentes pontos de partida. A respeito do debate sobre o Novo Ensino Médio (NEM), por exemplo, resgatou a experiência das escolas do Ceará, que tem avançado significativamente na discussão da Agroecologia como matriz de formação; das escolas do Paraná, que reelaboraram a perspectiva do projeto de vida demandado pelo NEM sob um viés coletivista; e tem pensado também nas disciplinas novas, como Matemática Financeira e Pensamento Computacional, sob uma lógica que observe a Pedagogia do Movimento.

Foi perguntado se há um número exato e atualizado de escolas contabilizadas e pertencentes ao MST, além daquelas que estão previstas na página eletrônica, sabendo quantas oferecem efetivamente cada etapa da Educação Básica. Sobre tal questionamento, foi respondido que não há, embora exista um esforço no sentido que os coletivos estaduais e regionais disponibilizem e atualizem estes dados junto ao setor nacional, uma vez que há uma movimentação grande no que é pertinente ao fechamento de escolas no campo<sup>7</sup>, sobretudo em áreas de reforma agrária. Segundo o entrevistado, não é possível também afirmar que existe uma homogeneidade dentro do Movimento, uma vez que existem escolas que incorporam com maior firmeza os princípios do MST, enquanto outras, por diferentes razões, encontram-se mais enfraquecidas. Por conta disso o esforço constante na busca pela organicidade, na manutenção de encontros, seminários, o que foi um pouco dificultado pelo afastamento social em decorrência da Covid-19.

No que é pertinente aos esforços do Movimento para visibilização do que é vivido pelos seus membros na luta cotidiana pela terra e por seu trabalho educativo, afirmou que há um esforço do Setor de Comunicação neste sentido, sem entrar em maiores detalhes.

---

<sup>7</sup> O Paraná, inclusive, tem se destacado com a campanha "Fechar escola é crime" e "Escola é vida no campo".

Voltando à análise do conteúdo que é disponibilizado nas mídias, a partir do mês de setembro, foi alocado um novo vídeo na página eletrônica do MST, intitulado “Os Sem Terrinha<sup>8</sup> da Secretaria Nacional do MST e da Escola Nacional Florestan Fernandes visitaram o Museu de Arte de São Paulo (MASP)”, em que o MST apresenta algumas obras que contam parte de sua história. Outros, trazendo poetas e atividades culturais, também estão disponíveis. Intensificaram-se as postagens de cunho político-partidário devido à proximidade com as eleições para o executivo federal.

Ao analisar a página oficial do MST no *Facebook* (MST, 2022d), percebeu-se uma maior dinâmica nas postagens, abarcando temas como alimentação agroecológica, comitês populares, eleições, cultura, entre outros. Todavia, notou-se uma maior ênfase nas ações pedagógicas realizadas por diferentes escolas nos estados e municípios brasileiros, em relação ao que observado na página eletrônica. No mês de outubro, por exemplo, reparou-se uma intensificação de postagens desta natureza, por se tratar do mês da criança e de realização de jornadas dos Sem Terrinha.

Cabe ressaltar que, atentos às potencialidades das redes sociais, o MST também criou um *WhatsApp*, o *MST ZAP*, no mês de maio de 2022, ao qual os interessados aderem por meio de um *link* informado nas mídias sociais, podendo receber algumas informações gerais sobre o Movimento, nada específico sobre o projeto educacional.

Diante desse material, foi questionado: por que ainda há tanta desinformação a respeito da atuação do MST na sociedade? Por que a opinião pública, grosso modo, ainda rechaça as atividades do Movimento e desconhece seu trabalho educativo? Seria interessante pensar em canais mais específicos para comunicar sistematicamente o que se faz em termos educacionais no Movimento? De que forma? Pelas mídias tradicionais, mídias sociais ou por meio impresso?

### Considerações finais

Antes de finalizar o texto, acharam relevante reafirmar que a escola é parte da luta pela terra, central à existência do próprio Movimento. Neste sentido, em tempos em que a educação é cada vez mais atacada, especialmente a educação pública e gratuita, é fundamental trazer à baila experiências exitosas de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, que, muitas vezes, têm nas escolas dos acampamentos e assentamentos seu único contato possível com a educação escolarizada.

---

<sup>8</sup> Sem Terrinha é a identidade coletiva das crianças, adolescentes e jovens do Movimento.

De volta às duas conversas que foram realizadas com membros do MST e com base nas informações ali coletadas, foi percebido a existência de dados sobre a educação no Movimento, mas que eles carecem de atualização, devido à constante dinâmica de fechamento das escolas do campo em áreas de reforma agrária. Os interlocutores também relataram que muito do que acontece em termos de formação advém da parceria com algumas universidades e docentes. Como mencionado anteriormente, foi difícil, inclusive, ter acesso ao contato dos entrevistados, que, por razões que se compreende ser de segurança, não é divulgado nas redes do Movimento.

Como, então, podemos considerar outros canais além das mídias tradicionais, que frequentemente são dominadas por visões elitistas, a fim de estabelecer um diálogo mais eficaz com a população em geral? Como podemos aproveitar as próprias mídias sociais disponíveis como espaços sistemáticos para divulgar o que é realizado nas escolas?

A elaboração de material impresso, com linguagem acessível, pode ser um caminho possível a ser divulgado nas feiras da reforma agrária, que se espalham por diversas cidades do país, ou mesmo acompanhando as cestas com alimentos, vendidas pela *Internet*, pelas lojas *Armazém do Campo*<sup>9</sup>, do MST. Nesse material, algumas ações poderiam ser divulgadas, como a contraproposta à Reforma do Ensino Médio, que vem sendo discutida no ano em curso, tendo experiências bem-sucedidas, à exemplo das escolas do Ceará e do Paraná<sup>10</sup>.

Compreende-se ser importante pensar na possibilidade de criação de um grupo com docentes/pesquisadores das Universidades e do Movimento, com o intuito de mapear a situação das escolas do MST em todo Brasil, em contato direto com o setor de comunicação do Movimento, a fim de que algumas práticas das diferentes escolas do país sejam sistematicamente visibilizadas, por meio da produção de materiais digitais e impressos, buscando a promover a ampliação do diálogo com a sociedade.

---

<sup>9</sup> Lojas do MST, virtuais e, também, físicas, dispostas em diversas cidades brasileiras, responsáveis pela comercialização de produtos cultivados e produzidos em áreas de reforma agrária.

<sup>10</sup> A autora realizou um estudo específico sobre este tema, a partir de um edital lançado pelo Instituto Lula, no início de 2022. Disponível em: <https://institutolula.org/>



## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORAES, Viviane Merlim. **A importância da formação de identidades coletivas nas escolas de ensino médio do MST como enfrentamento às desigualdades sociais**. São Paulo: Instituto Lula, 2022. No prelo.

MST. **Dossiê MST Escola**. Documentos e estudos 1990-2001. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (Caderno de Educação, n. 13, Edição Especial).

MST. **Conheça o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”**. 11 maio 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/11/conheca-o-plano-nacional-plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MST. **MST Educação**. 21 abr. 2022a. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MST. **1º acampamento pedagógico da juventude Sem Terra em Roraima lança carta aberta em defesa da vida**. 26 abr. 2022b. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/26/io-acampamento-pedagogico-da-juventude-sem-terra-em-roraima-lanca-carta-aberta-em-defesa-da-vida/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MST. **Encontro debate educação e agroecologia nas escolas do campo do Ceará**. 11 abr. 2022c. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/11/encontro-debate-educacao-e-agroecologia-nas-escolas-do-campo-no-ceara/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MST. Página do Facebook. 15 out. 2022d. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra> . Acesso em: 15 out. 2022.

PISTRAK, M. M. **A escola-comuna**. Tradução: Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução: Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAVENNA, M. **Os sem terrinha**. Uma história da luta social no Brasil. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ROSSETTO, E. R. A. **A organização do trabalho pedagógico nas cirandas infantis do MST**. Lutar e brincar faz parte da escola de vida dos sem terrinha. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TOURAINÉ, A. **Production de la société**. Paris: Editions du Seuil, 1973.

---

***CRedit Author Statement***

---

**Agradecimentos:** Não aplicável.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Financiamento:** Projeto aprovado no edital 004/2021, publicado pelo Instituto Lula - Coordenadoria de ações de integração, divulgada em 17 de janeiro de 2022, para o tema 6 – Desigualdades, identidades sociais e formas de organização e lutas na era digital.

**Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa. Por questões de segurança e privacidade, optamos por não mencionar o nome dos entrevistados.

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso nas páginas eletrônicas mencionadas.

**Contribuições dos autores:** Viviane Merlim Moraes é responsável pela pesquisa, análise e redação do artigo.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, versão e tradução.

